

Greves e Flutuações Econômicas no Brasil, 1945-1968

SALVADOR A. M. SANDOVAL(*)

Resumo

Este artigo focaliza, primeiramente, os padrões e taxas de conflitos industriais e sua relação com as flutuações na economia, medida através da correlação entre as taxas da produção industrial real e salários reais e a razão entre preços dos alimentos e salários durante o período de 1945 a 1968. O período estudado é significativo por seu espectro de regimes políticos e sua importância em termos de crescimento industrial e urbano. O artigo também examina o impacto dos ciclos econômicos e intervenções político-governamentais, mostradas através das intervenções nos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e da incidência da repressão policial em atividades grevistas, sobre a determinação do conflito industrial. Os principais resultados indicam que diferenças na forma e frequência de conflito industrial apresentam grande variabilidade segundo a especificidade de arranjos políticos conjunturais do que os efeitos econômicos cíclicos, apesar de estes serem importantes em alguns subperíodos, quando o peso de fatores econômicos sobrepujou o de fatores políticos.

Palavras-chave: conflito industrial, flutuações econômicas, intervenções nos sindicatos, repressão policial.

Abstract

This article focuses firstly on patterns and rates of industrial conflict and their relationship to fluctuations in the economy, as measured through the correlation with the rates of Real Industrial Product, Real Wages and the Ratio between Food Prices and Money Wage for the period between 1945 to 1968. The period under study is significant for its spectrum of political regimes and importance in terms of industrial and urban growth. The article also examines the relative impact of economic cycles and governmental-political interventions, indicated by Ministry of Labor interventions in unions and incidence of police repression of strike activities, on the determination of industrial conflict. The main findings argue that differences in the form and frequency of industrial conflict vary to a large extent according to the specificity of the conjunctural political arrangements than to economic cyclical effects even though these were important in some subperiods when economic factors weighted somewhat more heavily than political ones.

Key words: industrial conflict, economic fluctuations, interventions in unions, policial repression.

O autor é professor da Universidade de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

(*)Agradeço à Dra. Sonia Maria M. Avelar por seus comentários e sugestões.

A capacidade dos trabalhadores de promover greves depende tanto de fatores econômicos, tais como salários vigentes, preços e níveis de produção, como de fatores políticos que coalescem em um clima político. Em termos gerais, sustenta-se que circunstâncias econômicas mediatizadas por fatores políticos conjunturais influenciam flutuações de curto prazo em atividade grevista, ao passo que flutuações de longo prazo dependem, antes, de alterações nos alinhamentos de poder dentro da sociedade política.

A primeira parte desse artigo focaliza a variação ano a ano dos salários médios reais e da produção industrial real, comparada às flutuações em atividade grevista no Brasil, no período de 1945 a 1968 ⁽¹⁾. A intenção é demonstrar que as relações entre atividade econômica e conflito industrial são ambíguas, a menos que contempladas sob a ótica da dinâmica política. Como resultado, verifica-se que fatores econômicos, aliados a conjunturas específicas, permeiam a política de trabalhadores em desafio a empregadores e Estado.

A segunda parte examina os efeitos de diferentes períodos políticos sobre a atividade grevista, cujos níveis de tolerância governamental, no referente ao conflito industrial, sofreram variações consideráveis. Pretende-se, com isto, corroborar a hipótese de que os fatores políticos se associam a circunstâncias econômicas em distintas épocas visando influir, de modo significativo, sobre as oscilações em atividade grevista.

Greves e Flutuações Econômicas

Como ponto de partida, será examinada a relação entre mudanças na atividade anual de greves industriais e as flutuações de salários reais e do produto industrial real entre 1946 e 1968. Na Tabela 1, as correlações entre as variáveis econômicas e o número anual de greves são evidências sintomáticas da intera-

(1) Os dados sobre greves apresentados neste artigo foram obtidos de reportagens da *Folha de São Paulo*, e conferidos com as reportagens do *O Estado de São Paulo* para os anos de 1947, 1949, 1955, 1961, 1969 e 1970, comparando informações referentes ao número de paralisações e consistência das informações sobre as mesmas. Foi necessário recorrer às fontes da imprensa, já que inexistia qualquer levantamento sistemático e público sobre greves para este período. Foi apenas na década de 80 que o DIEESE e o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP iniciaram registros criteriosos e sistematizados, enquanto o Ministério do Trabalho iniciou, em 1985, seu próprio sistema de acompanhamento de greves, SIGREV, que fornece dados estatísticos sobre os conflitos de trabalho. Portanto, o único arquivo sobre dados estatísticos das greves no período 1945-1968 ainda é reportado em SANDOVAL (1984).

ção entre forças políticas e econômicas. Colocando em termos gerais, fatores econômicos tais como o produto industrial real e salários reais parecem apresentar uma covariação moderada com o número de greves por ano, em todo o intervalo de 1945 a 1968, tal como sugerido pelas correlações na primeira coluna da Tabela 1.

No entanto, quando o período de 22 anos é dividido em três grandes subperíodos de padrões grevistas (1946-1955, 1956-1963, 1964-1968), os coeficientes de correlação revelam um conjunto mais complexo de relações. Os três subperíodos são caracterizados por distintos padrões de atividade grevista. O primeiro, entre 1946 e 1955, é um subperíodo de notável oscilação nas taxas de greves ⁽²⁾, ao passo que o segundo, entre 1956 e 1963, se caracteriza por um crescimento forte e contínuo em atividades grevistas (Figura 1) ⁽³⁾. O terceiro subperíodo, de 1964 a 1968, sob a dominação de governos militares, é marcado por um veloz declínio de ações grevistas.

Entre 1946-1955, uma covariação débil é encontrada entre greves e as variáveis econômicas, exceto pelo coeficiente negativo para a variável razão de preço de alimentos/salários (-0,5001), coeficiente este indicativo de um controle da atividade grevista à medida que aumenta a razão preços/salários. Essas correlações são resultado da influência dos governos autoritários no período: a administração repressiva de Dutra e a clientelista de Getúlio Vargas. Ambos os governos, ao utilizarem diferentes mecanismos de controle, foram capazes de deprimir a freqüência do conflito industrial, enquanto o custo de vida se elevava e a economia se expandia. Assim, os efeitos causadores de greves relativos a fatores econômicos tais como salários em declínio, custo de vida em alta ou crescimento do produto industrial são compensados por controles políticos sobre as organizações trabalhistas.

(2) Neste artigo, entende-se por taxa de greve o número de greves industriais por cada 100.000 trabalhadores empregados em empresas de cinco ou mais trabalhadores. Em termos gerais, a taxa de greves é o número de greves por 100.000 trabalhadores empregados no setor correspondente.

(3) Raoul Kahil, em seu estudo pioneiro, identifica três fases na relação entre salários e lucros entre 1947 a 1963. De 1947 a 1954, a proporção de salários e produtividade aumentou, em conjunto, apesar de os salários, antes de 1954, terem diminuído. De 1954 a 1960, os salários decresceram, enquanto o valor industrial aumentou mais do que os salários reais. De 1960 a 1963, os salários industriais e o produto industrial aumentaram, mas o comportamento do salário real é pouco nítido. Ver KAHIL (1973).

TABELA 1
COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE GREVES POR ANO E VARIÁVEIS ECONÔMICAS SELECIONADAS, 1946-1968

Variáveis	Todo o Período	Subperíodos		
	1946-1968	1946-1955	1956-1963	1964-68
Produto Industrial				
Real	0,4565	-0,2749	0,9645	-0,6421
Salários Reais	0,5862	0,2415	0,2678	0,9051
Razão entre Preços dos Alimentos/Salário	-0,3320	0,5001	0,1032	(*)

Nota: (*) Dados não disponíveis para o subperíodo 1964-68.

Fontes: Para a série temporal de dados para o período 1946-1963, no referente às variáveis econômicas ver KAHIL (1973, Tabela 11.13, p. 65-66).

Para a série temporal de dados para o período 1964-1968, no referente às variáveis econômicas, ver DIEESE (p. 35 e 64).

Por outro lado, o período de 1956-1963 mostrou uma mudança na relação entre o número de greves por ano e as variáveis econômicas. O produto industrial real aponta um forte coeficiente (0,9645), sugerindo a existência de expressiva associação com a atividade grevista. Isto reflete um aumento na ocorrência de greves, relativamente não obstaculizada pelo governo em um período de expansão econômica. A fraca correlação entre salários reais e greves (0,2415) traduz o sucesso do governo Kubitschek e do movimento sindical na manutenção de salários relativamente estáveis. Assim, com maior tolerância governamental, esse é um período com atividades grevistas em curva ascendente, bem como de resultados mais amplos de desenvolvimento econômico.

Finalmente, no período entre 1964-1968, os coeficientes mais uma vez retratam a primazia dos fatores políticos nos regimes militares. A forte correlação entre greves e salários reais indica o declínio simultâneo dos salários reais e da atividade grevista, à medida que o novo governo passa a implementar um programa de rigorosa austeridade econômica. Igualmente, a forte correlação negativa com o produto industrial real reflete o contínuo crescimento da indústria e o declínio da contestação operária (Tabela 1).

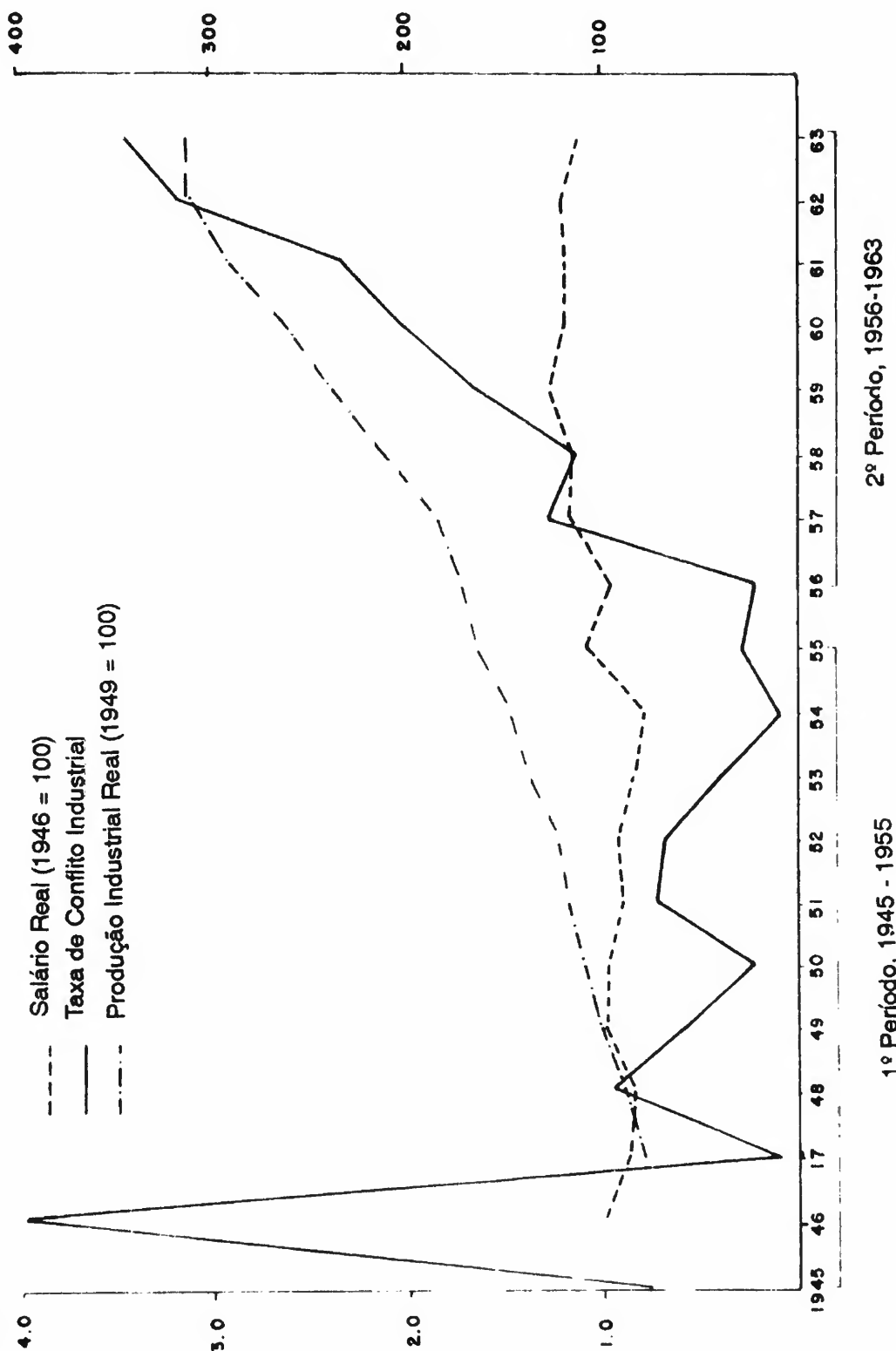
As alterações nas correlações de um a outro período são indicativas da importância variável dos fatores econômicos em flutuações de curto prazo em atividade grevista. Simultaneamente, os fatores políticos são sistematicamente mais importantes em seus efeitos sobre flutuações grevistas de longo prazo por restringirem o terreno de contestação e por seus efeitos conjunturais poderem contrabalançar o impacto de fatores econômicos sobre a atividade grevista.

A complexa relação entre os fatores políticos e econômicos é melhor ilustrada em um exemplo mais detalhado dessa dinâmica durante o período de governo civil (1945-1963), quando os diferentes pesos desses fatores eram mais transparentes. Tomando o primeiro intervalo entre 1945 e 1955, logo atrai a atenção a acentuada queda em atividades grevistas de 1946 a 1947 (Figura 1). Embora sem dispor dos dados relativos ao crescimento industrial, avaliações históricas têm apontado que os anos próximos ao final da Segunda Guerra não foram economicamente de distúrbio. Muito pelo contrário, a economia brasileira emergiu dos anos de guerra com as maiores reservas de divisas externas de sua história (WALLERSTEIN, 1980, p. 28), motivo pelo qual a forte queda das atividades grevistas não pode ser atribuída a problemas de crescimento. Da mesma forma, o salário médio real não teve influência na explicação do declínio das taxas de greve, uma vez que os salários reais também caíram nesse período. O dramático recuo das greves foi, de fato, o resultado da crescente intolerância do governo Dutra, que procedeu à implementação de sua política trabalhista de guerra fria, a qual, através de intervenção do governo nos sindicatos, reduziu a influência do Partido Comunista no movimento sindical (Figura 2).

Desse período em diante, a ameaça de repressão governamental recaía sobre o movimento sindical. Um exame da curva de crescimento do produto industrial real e sua relação com a curva das taxas de greves indica que não parece haver covariação entre os dois fatores. O que mais é ressaltado é a dissimilaridade entre ambos, pelo menos até 1956. A contínua elevação do produto industrial real, tomado como indicador do crescimento industrial, proveio, em parte, da habilidade governamental em manter o conflito industrial em níveis mínimos, através da repressão, como no caso do governo Dutra (1946-1950), ou através da cooptação de líderes trabalhistas, freqüentemente praticada pelo governo Vargas (1951-54).

Após 1949, a intervenção governamental nos sindicatos foi abrandada, uma vez que um número substancial de líderes militantes tinha sido substituído por outros líderes apoiados pelo governo. Não obstante, os trabalhadores prosseguiram em sua resistência contra a queda dos salários (Figura 1), embora de maneira mais irregular, dependendo do risco e das oportunidades para a ação. Esta é a razão para a fraca correlação encontrada entre salários declinantes e número de greves em 1948, 1951, 1952 e 1953.

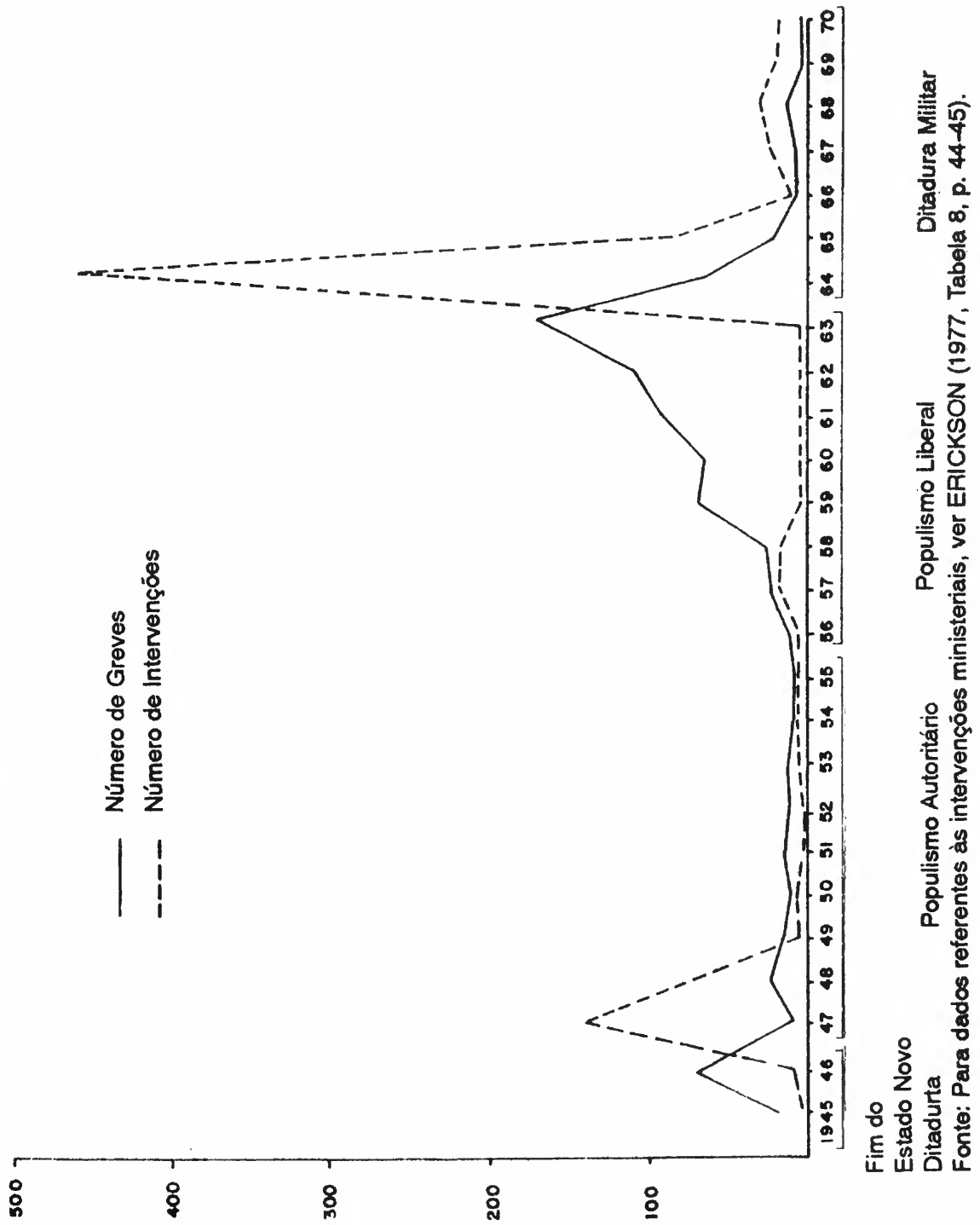
FIGURA 1
 PRODUÇÃO INDUSTRIAL REAL, SALÁRIOS REAIS E TAXA DE CONFLITO INDUSTRIAL, 1945-1968



1º Período, 1945 - 1955
 2º Período, 1956-1963

Nota: * Indica os períodos em que o salário mínimo oficial aumentou por decreto governamental.
 Fonte: Para os dados referentes ao salário real e produção industrial real, ver KAHIL (1973, Tabela 11.13, p. 65-66 e Tabela A.2, p. 337).

FIGURA 2
INTERVENÇÕES MINISTERIAIS POR ANOS E GREVES NO BRASIL, 1945-1970



O governo Vargas foi muito bem-sucedido na manutenção dos salários abaixo do nível alcançado em 1950, ao mesmo tempo em que mantinha o descontentamento trabalhista sob controle. Isso teve seus efeitos sobre a taxa de crescimento econômico, especialmente após 1952 (conforme demonstrado pela curva ascendente do índice do produto industrial real), bem como sobre o declínio dos salários até 1954.

Nesse cenário, as greves industriais tenderam a declinar, ao mesmo tempo em que as intervenções governamentais atingiam sua mais baixa incidência nesse período de governo civil. Em lugar de repressão direta, a administração Vargas contou com hábeis combinações de ideologia nacionalista e relação clientelista dos líderes sindicais como forma de assegurar a paz industrial. Em consequência do autoritarismo do Estado e da postura populista-nacionalista de Vargas, os líderes sindicais buscaram outro elenco de ações coletivas que pudesse, com maior eficácia, pressionar o governo a adotar medidas favoráveis aos interesses dos trabalhadores, em particular no tocante à elevação do salário mínimo através de decretos. Com tal objetivo, os sindicatos começaram, logo em 1951, a fazer uso da greve de múltiplas categorias - a greve de massa - como veículo de mobilização de grandes contingentes de trabalhadores a fim de pressionar os políticos (*policy makers*) e para evitar que sindicatos individuais desafiassem o Estado.

O período de 1951 a 1953 foi marcado por diversas greves de massa, embora, a julgar pelos salários em queda, estas parecem ter tido efeito limitado no sentido de garantir aumentos salariais. Em 1954, os salários caíram a seu mais baixo nível em todo o período de treze anos, enquanto o produto real industrial aumentou ligeiramente (Figura 1). O presidente Vargas decretou, nesse ano, um aumento substancial no salário mínimo, alguns meses após a grande agitação operária de 1953. O aumento do patamar salarial foi, somente em parte, uma resposta à inquietação operária. Em maior medida, resultou da necessidade de arregimentar apoio para o governo, numa conjuntura em que as Forças Armadas, capitalistas nacionais e estrangeiros intensificaram sua oposição às políticas nacionalista e populista de Vargas. A concessão do aumento salarial de 100% em 1954 afigura-se como a circunstância que levou à ameaça de golpe militar e ao subsequente suicídio de Vargas (DULLES, 1970, p. 4-7; SKIDMORE, 1967, p. 127-142).

O segundo período de análise começa em 1956, com o governo Juscelino Kubitschek, o qual assumiu a presidência após meses de incerteza, em que se

cogitava se as Forças Armadas e as elites econômicas respeitariam a eleição do novo presidente liberal ⁽⁴⁾ Do ponto de vista do movimento operário, os anos Kubitschek iniciaram um ciclo (entre 1955 e 1963) no qual a categoria dos trabalhadores ascenderia para se tornar uma opositora ao governo. Isto é ilustrado pelo aumento acentuado das taxas de greves, de 1957 até o golpe de estado de 1964 (Figura 1), e pela baixa frequência de intervenções ministeriais naquele intervalo de oito anos (Figura 2).

Os anos Kubitschek também se caracterizaram pela marcante aceleração da taxa de crescimento industrial (mostrada na Figura 1), a qual manteve uma tendência de alta até os anos críticos de 1962 e 1963. Tinham reflexos no ritmo de expansão industrial os efeitos das políticas desenvolvimentistas do governo que, em geral, vieram beneficiar o setor moderno da economia (indústrias dinâmicas) (KAHIL, 1973, p. 306-315).

Os salários cresceram gradualmente durante esse período de *boom* econômico, atingindo seu mais alto nível entre 1956 e 1959. Desde então, como transparece na Figura 1, o salário médio real tomou um curso descendente, apesar dos acréscimos anuais do salário mínimo decretados pelo governo federal. Como evidenciado pelas curvas divergentes do salário médio real e do produto real industrial, os ganhos advindos da rápida expansão econômica não se refletiram no aumento salarial dos trabalhadores; pelo contrário, alargou-se o hiato entre os dois parâmetros em função da queda dos salários.

Paralelamente havia um aumento, agora mais notório, nas ocorrências de ação coletiva. Foi após 1959 que aquele hiato começou a se alargar ao mesmo tempo em que a taxa de greves apresentava clara tendência crescente. Várias das reivindicações trabalhistas se dirigiram para o resgate das perdas de poder aquisitivo da classe trabalhadora, o que é evidenciado pelos sucessivos reajustes do salário mínimo.

Convém notar que o aumento nas taxas de greve não representa corolário exclusivo de crescimento acelerado e achatamento salarial. A mobilização ope-

(4) A crise, que iniciou com o suicídio de Vargas, continuou em 1955 com a eleição de Juscelino Kubitschek como Presidente. As Forças Armadas, em oposição às ligações do presidente eleito com o PSD, de origem getulista, estavam aparentemente dispostas a impedir a posse. O General Henrique Lott, através de duas intervenções militares sucessivas, assegurou a posse de Kubitschek. Este evento serve para ilustrar as dificuldades da democracia eleitoral frente aos grupos dominantes. Ver SKIDMORE (1967, p. 144-158) e FLYNN (1978, p. 172-182)

rária, do final dos anos 50 até 1964, teve, em sua raiz, uma combinação de fatores econômicos e políticos que impulsionavam os alvos da luta trabalhista além da simples meta de aumentos salariais. Parte considerável do movimento tinha como foco pressionar o governo, não apenas para corrigir a renda em descenso, mas também para expressar as reivindicações da militância sindical em favor de reformas nacionalistas como solução para o agravamento das condições econômicas do país (RODRIGUES, 1966, p. 193).

Os anos de 1959 e 1960 foram marcados por esforços no sentido de evitar uma crise econômica iminente, da qual o presidente Kubitschek tinha ciência quando rompeu as negociações com o FMI em 1959. Naquela conjuntura, o crescimento econômico, impulsionado por injeções de capital externo e vultosas despesas governamentais, provocou, gradualmente, graves problemas inflacionários e de balança de pagamentos, os quais forçaram as autoridades a retornar ao FMI. Mas o plano de estabilização econômica do FMI, o arrocho salarial da classe trabalhadora e a desnacionalização da economia significariam poupar a burguesia e favorecer os interesses das corporações multinacionais. Em face disso, o governo Kubitschek adiou a decisão de adotar medidas de austeridade, deixando ao seu sucessor, Jânio Quadros, a tarefa de mobilizar apoio popular para políticas econômicas impopulares (WALLERSTEIN, 1980, p. 30-31).

Assim, a dinâmica unindo os indicadores de crescimento econômico, salários em declínio e aumento em militância operária representava os embates para se encontrar uma fórmula politicamente viável para um quadro de deterioração econômica.

A acentuada curva ascendente na taxa de greves em 1961 reflete a situação política do país. As principais facções, dentro do movimento sindical (operário), acreditavam que os interesses da classe operária seriam favorecidos através da formação de uma ampla frente reformista-nacionalista e da solução da crise econômica. Os líderes sindicais pugnavam que, através do controle sobre o governo, reformas poderiam ser decretadas (RODRIGUES, 1979, p. 49). A defesa do governo civil, à qual se aliava numeroso contingente de líderes sindicais e militantes, além do apoio para uma aliança poli-classista, encarada como a base política para soluções econômicas nacionalistas, consistiam na motivação principal por detrás da dramática elevação das taxas de greves.

Tais fatores também tinham reflexos na importância, agora reduzida, das greves de categoria única, que passam a ser ofuscadas pelas agitações de massa.

A desintegração do substrato policlassista do Estado populista obstruiu a formulação de soluções para a crise econômica. Quando o movimento operário mostrou sinais de estar escapando aos controles do governo, as classes dominantes se tornaram mais inflexíveis em sua recusa em abrir o processo político que permitisse o acesso à sociedade política de novos opositores (FLYNN, 1978, p. 516, 517 e 520). A escalada na polarização, em 1963, foi exacerbada por uma, então recorde, taxa de inflação de 87%, que forçou o achatamento salarial e causou o estancamento da produção real industrial (Figura 1). Naquele momento, fatores políticos e econômicos tornaram-se aspectos inseparáveis da dinâmica do conflito classista na sociedade brasileira. A classe trabalhadora intensificava sua mobilização em protesto pela deterioração da situação econômica e em apoio ao governo Goulart, ameaçado pelas classes dominantes. Essas, por seu lado, respondiam com formas de ação várias, entre as quais incluíam a redução do ritmo da atividade econômica e conseqüente estancamento do índice de produção industrial⁽⁵⁾. Ademais, para contrabalançar a agitação dos trabalhadores, elementos conservadores da burguesia não só patrocinaram suas próprias manifestações nas cidades, como também conspiraram para dar uma solução militar à crise política e econômica. Em 31 de março de 1964, as Forças Armadas derrubaram o governo civil de João Goulart.

Greves e o Poder do Estado

Na análise apresentada verificou-se que variáveis econômicas tiveram, em geral, um peso secundário em sua influência sobre as ações grevistas. O caso do Brasil demonstra que as greves da classe trabalhadora são, necessariamente, tratadas na arena política, uma vez que o Estado assume o papel principal na intermediação direta dos interesses de empregadores e empregados (RODRIGUES, 1979, p. 51). Por isso, o impacto dos fatores econômicos sobre a atividade grevista é apenas

(5) Pablo Gonzalez Casanova argumenta que, no caso do México, os níveis e flutuações de investimento do setor empresarial são freqüentemente utilizados pela classe capitalista para pressionar o governo federal. Ver CASANOVA (1965, p. 16-19).

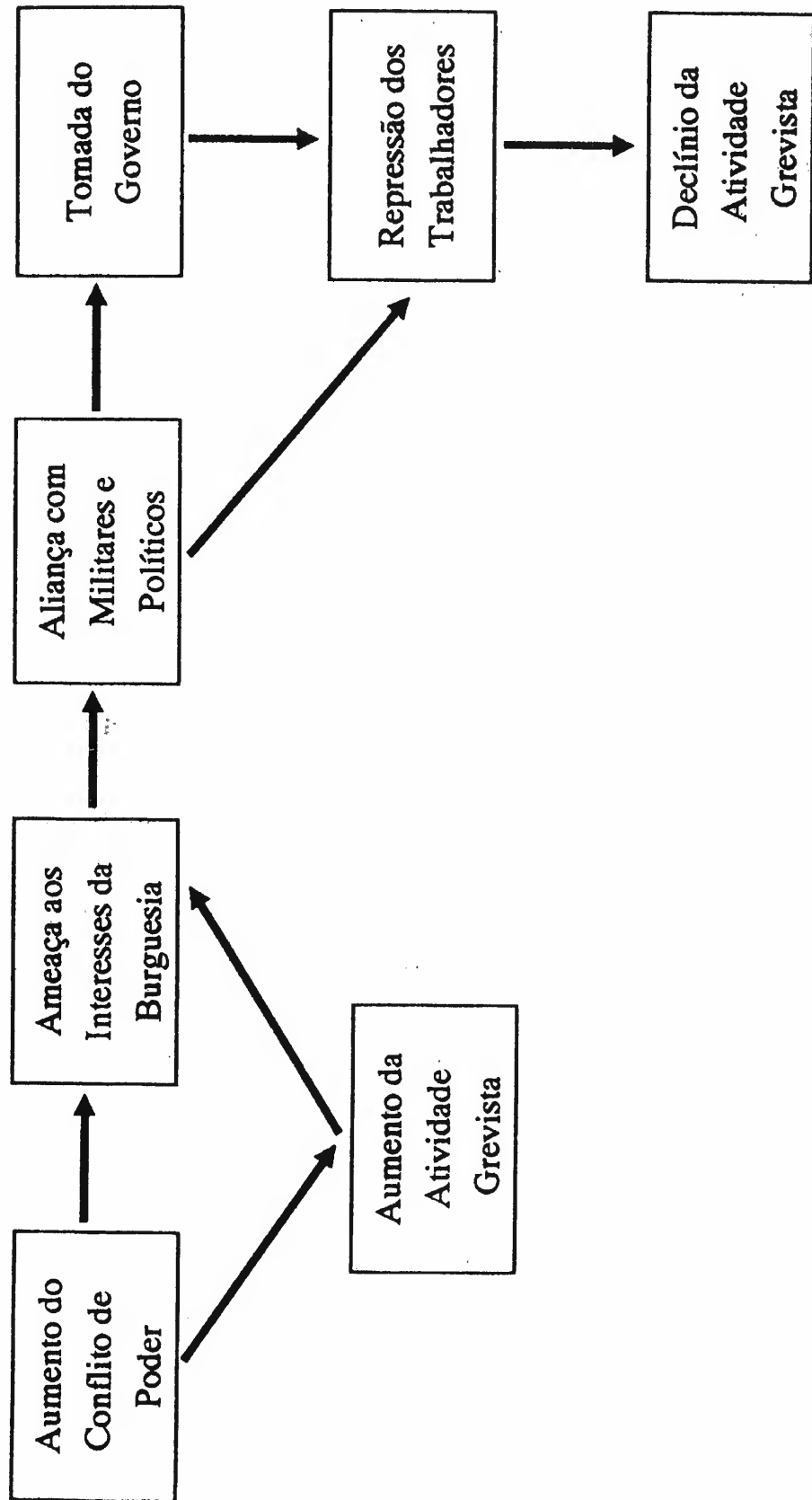
compreendido no contexto do ambiente político de um período particular, fatores estes que se combinam para criar as condições em que emergem os conflitos industriais.

Examinando retrospectivamente os anos considerados no presente estudo, verifica-se que existe um padrão recorrente de vínculos entre a classe trabalhadora e o Estado, que indica a natureza das relações de classe no Brasil e que aponta para uma das principais causas das periódicas crises institucionais no Brasil moderno. O padrão que ocorreu no final dos anos 40, no início dos anos 60 e, mais recentemente, no final da década de 70, é retratado com clareza na Figura 2. A seqüência se inicia com uma elevação das greves trabalhistas, como nos anos 1945-46, 1961-63 e 1978-79. Segue-se, então, um período de repressão governamental nos moldes de um substancial aumento no número de intervenções. Por último, há um período relativamente longo de interrupção de ações grevistas.

Subjacente ao modelo de repressão recorrente de greves, encontra-se uma contumaz oposição das classes dirigentes em aceitar os sindicatos como membros da sociedade política, a despeito das grandes transformações ocorridas no Brasil, as quais, em 1980, apontavam para um perfil de sociedade urbano-industrial. Em 1950, 19,9% da população vivia em cidades, sendo essa proporção, por volta de 1980, superior a 50%. Da mesma forma, nos anos subseqüentes à Segunda Guerra Mundial, cerca de 59,9% da população economicamente ativa trabalhava na agricultura, índice reduzido a 29,93% na década de 80 (FARIA, 1983, p. 125). A contradição entre o persistente apelo das classes dirigentes para soluções autoritárias em face da ascensão da classe trabalhadora urbana, tem ocasionado ondas periódicas de repressão.

Por outro lado, a classe trabalhadora cresceu em força numérica, tendo simultaneamente desenvolvido sua capacidade de mobilizar recursos e de pressionar por suas reivindicações, mesmo à sombra de instituições corporativistas arcaicas. Isto é evidente pelo ressurgimento cada vez mais forte da disputa, como em 1960-64, quando o protesto grevista atingiu níveis sem precedentes e, em 1978-1980, quando o conflito operário tornou-se uma das principais expressões do mais amplo descontentamento popular.

FIGURA 3
MODELO DE RELAÇÕES DE CLASSE NO BRASIL, 1945-1968



No período entre 1960-64, a classe trabalhadora alcançou, do ponto de vista político, um significativo nível de coordenação nacional de suas ações coletivas, através das organizações "paralelas" ⁽⁶⁾, criadas fora do âmbito da estrutura sindical corporativista. Foi através dessas organizações que o movimento sindical logrou articular suas atividades políticas e as mobilizações de massa, no início dos anos 60.

A resistência dos grupos dirigentes ao desafio dos novos atores de classe operária demandou níveis mais altos de repressão, a fim de reverter o curso da militância operária. Conforme mostrado na Figura 2, o número de intervenções ministeriais superou, de longe, qualquer época anterior. Os anos de rigoroso domínio militar que se seguiram, dão sustentação à assertiva de que as elites dirigentes foram incapazes de contribuir para a modernização das estruturas políticas nacionais, particularmente na esfera das relações industriais. Pelo contrário, no que se refere às relações industriais, a alteração das antigas leis trabalhistas, após 1964, era destinada a reforçar a rigidez institucional.

No todo, os dois picos de intervenções ministeriais ocorreram após o recrudescimento da atividade grevista e resultaram, em parte, de uma ampliação da luta pelo poder, que ameaçava os interesses da burguesia. Confrontados com os novos desafios e com a escalada de atividades grevistas, os grupos dominantes formaram alianças com políticos e militares, lançando mão do governo para reprimir a agitação dos trabalhadores. Esta seqüência de eventos é ilustrada na Figura 3 e sintetiza um padrão de relações de classe, muitas vezes recorrente durante os anos de governo civil, até o conseqüente golpe militar de 1964. Em suma, o periódico apelo das classes dirigentes por soluções autoritárias, sempre que seus interesses eram confrontados, coloca em proeminência os fatores políticos na determinação da atividade grevista.

Até esse ponto, a análise focalizou a repressão de militantes de organizações sindicais pelo Estado, através do *timing* das intervenções ministeriais. Porém, de igual relevo são os padrões de repressão governamental das ações

(6) As organizações paralelas eram associações de sindicalistas, com a finalidade de coordenar atividades políticas. As organizações paralelas tornaram-se a principal forma de articulação política, uma vez que a legislação sindical controlava rigidamente as atividades dos sindicatos, dentro da estrutura oficial. Ver RODRIGUES, 1968, p. 162-165

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO DAS GREVES SEGUNDO TIPO DE AÇÃO POLICIAL E PERÍODO POLÍTICO

Ações Grevistas	1945-46 Fim do Estado Novo Ditadura		1947-49 Populismo Repressivo		1950-55 Populismo Clientelista		1956-1960 Populismo Liberal		1961-63 Crise de Populismo		1964-68 Ditadura Militar		1978-1980 Abertura Democrática					
	nº	T%	R%	nº	T%	R%	nº	T%	R%	nº	T%	R%	nº	T%	R%			
Greves de Categoria Única																		
Não mencionadas	43	61		12	70		60	75		84	74		35	72		170	81	
Presença Policial	8	15	80	1	6	20	9	11	45	13	12	45	3	6	21	11	5	27
Envolvimento Policial	2	4	20	4	24	80	11	14	55	16	14	55	11	22	79	29	14	72
TOTAL	53	100	100	17	100	100	80	100	100	113	100	100	49	100	100	210	100	100
Greves de Massa																		
Não Mencionadas	1			0			2			3			14			4		
Presença Policial	0			1			2			3			1					
Envolvimento Policial	2			1			2			8			0					
TOTAL	3			2			7			25			5			0		

Nctas: T% = Porcentagem total de greves; R% = porcentagem total de greve na qual a ação policial foi notificada.
Fonte: Dados sobre greves, ver SANDOVAL (1984, p. 101).

coletivas como outra tática de controle do Estado sobre a classe trabalhadora e como expressão dos graus de tolerância da agitação operária por governos específicos:

O registro da repressão policial das greves pela imprensa é, com frequência, incompleto, devido a uma série de fatores, que variam desde considerações técnicas até problemas de censura externa ou autocensura. Mas, apesar dessas limitações, uma análise de greves, para as quais houve informação de envolvimento policial, revela padrões de repressão que confirmam os argumentos aduzidos neste artigo.

A Tabela 2 apresenta a distribuição de greves, ao longo dos vários períodos políticos, segundo o tipo de envolvimento policial: (1) a presença de unidades policiais nos locais das greves; ou (2) a interferência direta da polícia com os grevistas. Os dados mostram uma diferença significativa entre os ciclos autoritários e os liberais. Conforme esperado, os períodos autoritários em que houve greves (1947-49, 1964-68, 1978-1980) foram muito semelhantes no concernente às porcentagens mais altas do uso da força policial para reprimi-las. Dos casos em que ações policiais foram noticiadas, 73% a 80% referem-se a conflitos envolvendo o uso da força; em apenas 20% dos casos foi registrada a presença de unidades policiais sem o uso da força. A forte dependência da coerção policial não surpreende, especialmente em vista da natureza autocrática dos governos em cada um dos períodos.

Mais interessante é a contínua importância da repressão das greves durante os anos de governos mais tolerantes, apesar da queda na frequência de intervenções ministeriais contra os sindicatos. Durante os governos mais liberais, os padrões de uso da força policial são bastante similares para os distintos períodos: 1945-1946, 1950-1955, 1956-1960 e 1961-1963. Em contraste com os anos autocráticos, estes foram caracterizados por uma menor dependência da coerção policial e por um maior uso da exibição de força. Como sugerido pelos dados, ambas as categorias de ação policial apresentam aproximadamente a mesma proporção de casos relatados, exceção feita ao intervalo de 1945-1946, quando o clima político da redemocratização também se refletia nos índices mais baixos de repressão policial dos grevistas (Tabela 2).

A manifesta diminuição dos índices de envolvimento direto da polícia contra os grevistas não obscurece o fato de que, mesmo durante gestões mais tolerantes, cerca de 50% dos casos relatados indica a ocorrência de repressão policial. Parece que os governos liberais preferiam reagir à agitação operária (pelo menos em 45% dos casos) através da mera exibição de força, como tática de intimidação, ao invés do uso de meios mais violentos. Essas nuances na maneira pela qual as ações coletivas operárias eram controladas refletem a natureza autoritária do regime populista: a repressão continuou sendo uma estratégia válida para lidar com o protesto trabalhista, mesmo nos anos liberais.

A contínua resistência dos grupos dominantes é também evidenciada pelas proporções, geralmente altas, do uso da coerção contra ações coletivas de categorias múltiplas (as greves de massa). Em virtude dessas greves representarem um importante avanço na capacidade de os trabalhadores articularem seus interesses e coordenarem ações coletivas com maior amplitude, esta forma de protesto tornou-se a mais importante no curso dos anos alcançando seu ápice em 1961-1963, quando os conflitos de massa passaram a ser o principal instrumento de pressão em favor das reformas de base e de demonstração de apoio ao governo civil.

A resposta do Estado a essas mobilizações de massa parece ter sido consistente nos diversos períodos políticos. Em grande medida, essas greves foram alvo de mais repressão do que as greves de categoria única, particularmente durante os governos liberais, quando mais de 2/3 das greves de massa registraram envolvimento policial. Uma vez que as exigências advogadas pelas mobilizações se referiam, em sua maioria, a questões políticas, o Estado tendeu a reagir energeticamente contra esse tipo de participação política.

No quadro geral, em face dos níveis relativamente altos de coerção policial em todos os períodos, é compreensível que surgissem formas de ação, envolvendo milhares de trabalhadores, como meios alternativos de luta com vistas ao acesso aos círculos de poder político. Isso fica claramente demonstrado através do contínuo aumento do uso da tática da greve de massa nos anos 50, atingindo seu mais alto grau nos anos 1961-1963, durante a crise do regime civil populista (Tabela 2).

Embora comumente afirmado que o sindicalismo político é um "problema" constante nas sociedades latino-americanas, no presente artigo tentou-se argumentar que a natureza política do movimento sindical é mais evidente, no

caso do Brasil, em função do corporativismo do sistema de relações industriais e dos benefícios que a sua manipulação política trouxe às elites econômicas dominantes ⁽⁷⁾. A análise demonstra que as políticas econômicas do governo de achatamento salarial e de repressão do protesto operário nos últimos anos foram elementos centrais de programas de desenvolvimento econômico acelerado e de acumulação de capital. Dando suporte a esse modelo de crescimento econômico encontra-se uma classe dirigente que resiste à democratização das relações de poder: sua obstrução ao acesso e participação da classe trabalhadora na sociedade política tem contribuído sensivelmente para a ocorrência de ciclos de autoritarismo na política brasileira ⁽⁸⁾.

É dessa forma que as greves, em geral, têm respondido à atmosfera política. Seus padrões refletem os diversos períodos em que as relações de classe variaram de formas semidemocráticas a autocráticas.

Referências Bibliográficas

- AVELAR, Sônia M. de. *The social bases of workers solidarity: a case study of textile workers in São José dos Campos*. University Microfilms, 1985.
- BENDIX, Reinhard. *Nation-building and citizenship*. Berkeley, University of California Press, 1977.
- CASANOVA, Pablo Gonzalez. *La democracia en Mexico*. Mexico, Ediciones ERA, 1962.
- DIEESE. *Dez anos de política salarial*. São Paulo, s/d.
- DULLES, John W. F. *Unrest Brazil: political-military crises 1955-1964*. Austin, University of Texas Press, 1970.
- ERICKSON, Kenneth Paul. *The brazilian corporative state and working class politics*. Berkeley, University of California Press, 1977.
- FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, B. & ALMEIDA, M. H. T. de. (eds.), *Sociedade e política no Brasil pós-1964*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Intervenções sindicais e o "Novo sindicalismo": *Dados*, (17): 135-155, 1978.
- FLYNN, Peter. *Brazil: a political analysis*. Boulder, Westview Press, 1978.

(7) A análise do conflito industrial como forma de lutas pelo poder é uma abordagem importante, se não dominante, na maior parte da literatura de relações industriais. Ver BENDIX (1977, cap. 3); HIBBS JR. (1976, p. 1033-1058 e 1978, p. 153-175); KORPI (1974, p. 1569-1578); KORPI e SHALER (1979, p. 164-187); SHORTER & TILLY (1978)

(8) Peter Flynn também utiliza um argumento semelhante. FLYNN (1978, p. 516-522).

- FRENCH, John. *Industrial workers and the origin of populist 1900-1950*. Ph.D. Dissertation, Yale University, University Microfilms, 1985.
- HARDING, Timothy. *The political history of organized labor in Brazil*. Ph.D. Dissertation, Stanford University. University Microfilms, 1973.
- HIBBS JR., Douglas A. Industrial conflict advanced industrial societies. *The American Political Science Review*, 70 (4): 1033-1058, 1976.
- _____. "On the political economy of long-run trends in strike activity" *British Journal of Political Science*, 8 153-175, april 1978.
- IANNI, Octavio. *El colapso del populismo en Brasil*. Mexico, Universidad Autonoma Nacional de Mexico, 1974.
- _____. Transformação no comportamento político operário. In: *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- KAHIL, Raouf. *Inflation and economic development in Brazil 1946-1963*. Oxford, Clarendon Press, 1973.
- KORPI, Walter. Conflict, power and relative deprivation. *The American Political Science Review*, 68 (3): 1569-1578, 1974.
- _____. & SHALER, Michael. Strikes, industrial relations and class conflict in capitalist societies. *British Journal of Sociology*, 30 (2): 164-187, June 1979.
- MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política: estudo da greve dos 300 mil em São Paulo - 1953-54*. São Paulo, Pólis, Teoria e História, 1978.
- MORAIS FILHO, Evaristo. *O sindicato único no Brasil*. Rio de Janeiro, 'A Noite', 1966.
- QUIROZ, J. Proceso de trabajo en la industria automotriz. México, *Cuadernos Políticos*, 26, 1980.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- _____. Tendências futuras do sindicalismo. *Revista de Administração de Empresas*, 19 (4), out. 1979.
- _____. O sindicalismo corporativo no Brasil. In: *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo, Ática, 1990.
- SANDOVAL, A. M. *Strikes in Brazil, 1945-1980*. Ph.D. Dissertation, The University of Michigan, University Microfilms, 1985.
- _____. A. M. *Strikes in Brazil, 1945-1980*. Ph.D. Dissertation, The University of Michigan, 1984.
- SHORTER, Edward & TILLY, Charles. *Strikes in France 1830-1968*. London, Cambridge University Press, 1978.
- SIMÃO, Aziz. *Sindicato e estado*. São Paulo, Dominus, 1966.
- SKIDMORE, Thomas E. *Politics in Brazil, 1930-1964: experiment in democracy*. New York, Oxford University Press, 1967.